



ARTIGOS
TÉCNICOS

EVOLUÇÃO RECENTE DA PRODUÇÃO DE FEIJÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

José Luiz Teixeira M. Vieira (1)
Elcio Umberto Gatti

1 - EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE FEIJÃO

A produção de feijão no Brasil, que na última década entrou em franco declínio, recuperou-se no início dos anos 80, possibilitando que esse produto, tradicional na dieta da população brasileira, voltasse a fazer parte de sua pauta de consumo como alimento preferencial, conforme algumas evidências mostradas adiante.

Na década de 70, apesar da área plantada com feijão no Brasil ter-se expandido significativamente em relação à da década anterior (quadro 1), a produção total manteve-se praticamente estagnada, o que é explicado pela queda pronunciada na produtividade média da cultura. Este comportamento resultou uma redução substancial na produção brasileira per capita, de mais de 26kg/hab. por ano no início dos anos 70, para aproximadamente 18kg/hab. por ano no seu final e início dos anos 80. A queda da produtividade média brasileira deve-se a que a expansão de área cultivada se fez, com algumas exceções, em regiões de solo e clima inadequados para a cultura e variedades até então disponíveis.

Ao contrário do que ocorre para o Brasil, no geral, o cultivo de feijão em São Paulo passou por grande transformação tecnológica, que permitiu aumentos de produtividade já na década de 70. Inicialmente, com a diminuição da área cultivada com café, após os programas de erradicação iniciados em meados da década de 60, ocorreu declínio na produção de feijão, tendo em vista a elevada participação da produção de feijão intercalada ao café na produção total. Paralelamente, ocorreu a concentração da atividade na DIRA de Sorocaba, — em função de condições de solo, clima e preço da terra favoráveis, e também a possibilidade de produção de duas safras anuais satisfatórias — que por este motivo é conhecida como "Zona Ecológica do Feijão" no Estado. Simultaneamente, a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, através do Instituto Agrônomo de Campinas e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, a partir do final da década de 60, introduziu nova variedade de feijão (Carioca), resistente a doenças, de maior produtividade e de ciclo vegetativo mais curto (90 dias) que as tradicionais, concentrando na referida região os esforços de disseminação da nova variedade e de assistência técnica a esta

(1) Os autores agradecem à crítica e às sugestões de Alceu de Arruda Veiga Filho e Devancyr Aparecido Romão.

QUADRO 1. - Evolução da Produção de Feijão, São Paulo e Brasil, 1958-83

Período e ano agrícola (1)	São Paulo			Brasil			
	Área	Produção	Rendimento	Área	Produção	Rendimento	Produção anual "per capita"
	(1000ha)	(1000 t)	(kg/ha)	(1000ha)	(1000 t)	(kg/ha)	(kg/hab)
1958-60	356,6	154,0	432	2354,9	1578,0	670	22,5
1964-66	346,1	162,6	474	3242,6	2129,5	657	26,6
1970-72	264,8	133,6	504	3497,4	2525,2	722	...
1974/75	231,2	109,2	472	4146,0	2282,0	550	20,0
1975/76	239,7	139,7	583	4059,0	1840,0	453	20,0
1976/77	349,5	201,6	577	4551,0	2290,0	503	...
1977/78	485,6	230,3	474	4617,2	2194,0	475	...
1978/79	351,5	230,6	656	4199,7	2174,0	518	...
1979/80	459,5	283,2	616	4639,2	1968,2	424	...
1980/81	572,2	330,3	577	5194,0	2338,7	450	18,0
1981/82	617,8	470,2	761	6287,4	3141,5	500	...
1982/83	495,8 (2)	309,6 (2)	624 (2)	5766,0 (3)	2000,0 (3)	347 (3)	15,7 (4)

(1) Os Dados dos períodos 1958-60, 1964-66 e 1970-72 referem-se às médias dos anos agrícolas correspondentes.

(2) Não incluída a safra de inverno

(3) Dados preliminares

(4) Antes da quebra generalizada da safra a produção anual "per capita" era estimada em 23,1kg/hab.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

cultura (2).

A conjunção desses fatores resultou em ganhos de produtividade e rentabilidade para essa atividade relativamente às outras da região, principalmente a partir da segunda metade da década de 70, os quais permitiram mudanças na base técnica (mecanização, utilização de insumos modernos, etc.), sustentando e reforçando o processo de crescimento da produtividade física. Atualmente, a DIRA de Sorocaba é responsável por mais de 70% da área plantada de feijão em ambas as safras, das águas e da seca, com produtividades médias superiores às do Estado.

2 - AS CRISES DE ABASTECIMENTO

A estagnação da produção brasileira de feijão na década de 70 resultou em crise persistente de abastecimento, com alguns anos de grande escassez, quando o País recorreu a algumas importações do produto. Em consequência, os preços aumentaram substancialmente durante toda a década, levando o consumidor a substituir gradativamente o feijão por outros alimentos básicos de custo mais acessível. Informações sobre a cesta alimentar da população do Estado de São Paulo, contidas no relatório ENDEF (3), mostram que dos 15 principais produtos de alimentação, classificados de acordo com sua participação no total da despesa com alimentos nas diversas faixas de renda, o feijão, o arroz e derivados de trigo (pão e macarrão) são os alimentos básicos mais importantes da dieta, pelo menos que as classes de baixa renda, constituindo-se em alimentos substitutos entre si, dependendo de seus preços relativos.

Comparando-se os preços no varejo na Cidade de São Paulo de feijão, arroz e macarrão (quadro 2), nota-se que a relação de preços feijão/arroz mantém-se elevada entre 1976 e 1981, com o preço do feijão alcançando valores superiores ao dobro dos de arroz em alguns anos e atingindo valores próximos da unidade apenas nos dois últimos anos da série. A relação de preços feijão/macarrão mostra comportamento semelhante ao da primeira relação até 1979/80, apresentando, a partir daí, tendência declinante mais acentuada que a relação anterior.

A queda no relativo de preços de feijão/arroz no fim do período analisado reflete, basicamente, a redução substancial nos preços de feijão resultantes dos fortes estímulos governamentais à sua produção posteriores a 1979, como mostra a evolução de preços reais (quadro 2). No caso do relativo de preços feijão/macarrão, a queda é mais acentuada a partir de 1980, o que se deve à retirada gradual do subsídio ao consumo de trigo iniciada em agosto de 1980, reforçada no fim do período pela já referida queda de preços do feijão em termos reais.

(2) Silva, José G. et alii. *Diferenciación capesina y cambio tecnológico: el caso de los productores de frijol en São Paulo*. Campinas, UNICAMP/DEPE, 1982. 2v.

(3) Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estudo nacional da despesa familiar, 1977 e 1978*.

QUADRO 2. - Preços Médios Anuais no Varejo da Cidade de São Paulo, de Feijão, Arroz e Macarrão, e Relações de Preços de Feijão e Arroz e de Feijão e Macarrão, 1975-83

Ano	Feijão (Cr\$/kg)		Arroz (Cr\$/kg)	Macarrão (Cr\$/kg)	Relação entre preços correntes	
	Preço corrente	Preço real ⁽¹⁾	Preço corrente	Preço corrente	(F) / (A)	(F) / (M)
1975	6,18	12,45	5,23	3,96	1,18	1,56
1976	13,21	18,84	5,18	4,55	2,55	2,90
1977	15,18	15,18	6,13	6,24	2,48	2,43
1978	14,23	10,25	9,53	7,99	1,49	1,78
1979	21,48	10,06	15,93	11,24	1,35	1,91
1980	67,99	15,90	31,24	41,06	2,18	1,66
1981	133,98	14,93	52,59	93,72	2,55	1,43
1982	128,90	7,35	119,77	201,48	1,08	0,63
1983 ⁽²⁾	225,36	7,88 ⁽³⁾	203,61	321,88	1,11	0,79

⁽¹⁾ Deflacionado pelo Índice Geral de Preços, coluna 2, da Fundação Getúlio Vargas, base 1977 = 100.

⁽²⁾ Dados de janeiro a abril.

⁽³⁾ Índice Geral de Preços, coluna 2: média de janeiro a abril.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Tudo indica, portanto, a julgar pelo comportamento dos preços relativos de feijão acima analisado, que está havendo reversão da tendência na substituição de alimentos apontada anteriormente, agora no sentido da recuperação da importância do feijão na cesta alimentar da população.

3 - AS MEDIDAS DE ESTÍMULO À PRODUÇÃO DE FEIJÃO

A recuperação da cultura do feijão e a conseqüente queda de preços no início dos anos 80 deve-se, sem dúvida, ao conjunto de medidas implementadas pelo Governo Federal a partir de 1979.

Especificamente em relação a São Paulo, foi lançado em 1981 o programa PROFEIJÃO, visando expandir a cultura através da safra de inverno (terceira safra). Dentre as medidas postas em prática na ocasião, as principais referem-se ao financiamento para a

compra de equipamentos de irrigação e o zoneamento da atividade no Estado, segundo o qual foram definidas as áreas aptas em termos de solo e clima para a safra de inverno; entretanto, de acordo com informações coletadas na principal região produtora do Estado em tal modalidade — DIRA de Presidente Prudente —, não houve expansão significativa da área irrigada de feijão de inverno, além do esquema de zoneamento inicialmente proposto não ter sido respeitado, ocorrendo crescimento da área plantada não irrigada em regiões não aptas edafo-climaticamente; conseqüentemente, houve grande crescimento da área total plantada, cuja produção, no entanto, foi totalmente frustrada pela geada de 1981.

Não se dispõe de estudos avaliativos do PROFEIJÃO, mas a julgar pela evolução da cultura de inverno no Estado — cuja área plantada no ano seguinte ao seu lançamento foi idêntica à do ano anterior a ele ⁽⁴⁾ — pode-se concluir que o programa foi pouco eficaz.

Na verdade, foram as medidas de âmbito federal de estímulo à cultura que tiveram forte impacto positivo sobre a produção de feijão. Em 1979 foi instituído o Valor Básico de Custeio (VBC) para diversos produtos agrícolas; o financiamento para custeio à cultura de feijão passou a cobrir 100% daquele valor, para qualquer tipo de produtor, enquanto que para os demais produtos a taxa de cobertura era de no máximo 80%. Em 1981 o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) passou a tratar diferenciadamente esse produto, cobrindo 90% do valor financiado. Paralelamente, desde 1979 o feijão se beneficiou de preços mínimos reajustados a níveis mais realistas que anteriormente, permitindo boa rentabilidade aos produtores; assim, o seu preço mínimo para a safra das águas de 1980/81 significou reajuste, em relação à de 1979/80, quase 40 pontos percentuais superior à média de reajuste para os demais produtos; a partir de então os preços foram estabelecidos, no geral, em níveis mais realistas que anteriormente.

A margem de remuneração esperada pelo produtor de feijão em São Paulo, determinada a partir da relação custos variáveis/preços mínimos, mantém-se ao longo do período a níveis razoáveis (quadro 3), apresentando, porém, certa tendência à queda entre o início e o fim do período, passando de patamares superiores a 0,30 para 0,23 em 1982/83. Para a próxima safra das águas torna-se necessária a fixação do preço mínimo na faixa de Cr\$17.160,00/sc.60kg (Cr\$286,00/kg) para que seja mantida a mesma remuneração relativa do ano anterior, se os custos de produção se elevarem de acordo com a expectativa de maio de 1983.

Comparando-se os desembolsos monetários com a cultura ⁽⁵⁾, estimados antes do início da safra das águas, e os Valores Básicos de Custeio, nota-se crescimento na taxa de cobertura VBC/Desembolso no período (quadro 4), sendo que para a primeira safra 1983/84 é necessária a fixação de VBC de pelo menos Cr\$107.562,61/ha, para garantir a mesma taxa de cobertura do ano anterior (64,5%). No entanto, a fim de que o VBC se transforme num efetivo instrumento de estímulo à cultura, sugere-se para ele valor de Cr\$150.087,00 (faixa de produtividade 801 a 1000 kg/ha), o que, ainda que não cobrisse

(4) A área plantada com feijão de inverno em São Paulo no ano agrícola de 1979/80 foi de 57,6 mil hectares; em 1980/81, de 100 mil hectares; em 1981/82 caiu para 60,5 mil hectares, e em 1982/83 não deve ultrapassar 45 mil hectares.

(5) Desembolso monetário é igual ao custo operacional, deduzindo-se a depreciação, os juros de custeio e os de investimento.

QUADRO 3. - Relação entre Custo Variável Estimado ⁽¹⁾ e Preços Mínimos Estabelecidos, Feijão das Águas, Tração Motomecanizada e Animal, DIRA de Sorocaba, Estado de São Paulo, 1979/80 – 83/84

Item	Unidade	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84
Custo variável total estimado (CVT)	Cr\$/ha	8.898,25	18.866,93	56.399,90	85.592,00	212.651,52
Rendimento esperado (RE)	kg/ha	960	960	960	960	960
Custo variável estimado por unidade(CVU)	Cr\$/kg	9,27	19,65	58,75	89,15	221,51
Preço mínimo (PM)	Cr\$/kg	15,00	30,00	61,83	115,08	286,00 ⁽²⁾
CVU/PM	Relação	0,62	0,66	0,95	0,77	0,77
Margem de remuneração	(%)	0,38	0,34	0,05	0,23	0,23

⁽¹⁾ Custo variável é igual ao custo operacional deduzidos os juros sobre investimentos e depreciação (não se deduzem os juros de custeio).

⁽²⁾ Preço mínimo para que se mantenha a margem de remuneração da safra anterior, em saca de 60kg seriam Cr\$17.160,00.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 4. - Relação entre Valor Básico de Custeio e Desembolso Monetário Estimado ⁽¹⁾, Feijão das Águas, TMA, DIRA de Sorocaba, Estado de São Paulo, 1979/80 a 1983/84

Item	Unidade	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	
						(2)	(3)
Valor básico de custeio (VBC)	Cr\$/ha	4.739,00	11.300,00	24.900,00	49.600,00	107.562,61	150.087,00
Desembolso monetário estimado (DM)	Cr\$/ha	8.689,19	18.096,28	51.079,20	76.936,72	166.763,75	166.763,75
Taxa de cobertura (VBC/DM)	Relação	54,5	62,4	48,7	64,5	64,5	90,0
Rendimento esperado (RE)	kg/ha	960	960	960	960	960	960

(¹) Desembolso monetário igual ao Custo operacional, deduzidos deste os juros sobre investimento, os de custeio, e a depreciação.

(²) VBC para garantir a mesma taxa de cobertura da safra 1982/83.

(³) VBC para garantir cobertura de 90% do desembolso monetário estimado e se constituir num instrumento de estímulo à cultura.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

todos os custos estimados, representaria 90% dos desembolsos monetários com a cultura.

Chama-se a atenção para a ocorrência de valores anormalmente baixos no ano agrícola de 1981/82 (quadros 3 e 4) para a margem de remuneração e para a relação de cobertura VBC/Desembolso monetário, o que se explica pelo acentuado aumento estimado em alguns componentes do custo de produção, posteriormente confirmado, e não compensado pelo crescimento do VBC e dos preços mínimos nesse ano. Os itens de custo que mais cresceram em 1981 foram o preço da semente — dada a sua escassez, que já vinha ocorrendo desde 1980, resultante do grande incremento na área plantada — e os encargos financeiros — devido à forte redução dos subsídios ao crédito rural, conforme Resoluções nº671 (de dez./80) e nº 698 (de jun./81) do Banco Central —, passando estes custos a representar parcela importante do custo total a partir de então.

Apesar de certa instabilidade observada nos níveis dos preços mínimos e do VBC em relação aos custos de produção de feijão, o conjunto de medidas adotadas a nível federal parece ter se mostrado razoavelmente eficaz, principalmente levando-se em conta que tais medidas foram complementadas por volumes de crédito para estocagem (EGFs) e Compras do Governo Federal (AGFs) em níveis mais compatíveis com uma política firme de garantia de compras. Assim, a — Companhia de Financiamento à Produção (CFP) dispõe hoje (maio/83) de estoques reguladores superiores a 600 mil toneladas, o que talvez consiga cobrir o déficit esperado na disponibilidade de feijão para este ano, dada a grande quebra das safras a nível nacional.

Em consequência dessas políticas, a produção de feijão no Estado, e também no País, expande-se significativamente a partir de 1980/81, o que possibilitaria ao País recuperar os níveis de produção per capita alcançados antes da década de 70 (quadro 1), não fosse a quebra drástica de produção que vem ocorrendo na safra 1982/83 excesso de chuvas no Centro-Sul e seca no Nordeste, que reduziram o volume a, possivelmente, menos de 2 milhões de toneladas, quando era esperada quantidade superior a 3 milhões.

4 - PROBLEMAS RECENTES COM A CULTURA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Como foi visto na introdução, a cultura de feijão no Estado de São Paulo é extremamente concentrada nas duas principais safras na DIRA de Sorocaba. Se, de um lado isto constitui-se em fator positivo para reduzir os custos e garantir a eficiência da infraestrutura e a implementação dos serviços e instrumentos de apoio à cultura nas suas diversas etapas, de outro lado torna a economia dos diversos municípios da região — principalmente os localizados na região de Itararé — muito dependentes dessa cultura e, portanto, extremamente vulneráveis aos transtornos que possam afetar a produção de feijão, o que é evidenciado pela situação econômico-financeira crítica em que se encontra toda a região neste ano de 1983.

Por ser uma cultura de alto risco, muito vulnerável a alterações climáticas, as safras das águas e da seca de 1982/83 tiveram desempenho medíocre no Estado, devido ao

excesso de chuvas na época de colheita. Segundo dados do IEA, a quebra de produção foi superior a 40% em ambas as safras e a qualidade de grande parte do produto remanescente ficou comprometida pela umidade excessiva do grão (acima dos 15% recomendados pelos padrões técnicos) e por doenças (mancha angular, antracnose, ferrugem), responsáveis por prejuízos adicionais.

Além dos problemas inerentes a acidentes climáticos, os produtores têm enfrentado uma série de outras dificuldades, ligadas a: a) deficiente infra-estrutura física existente, constituição de estradas rurais precárias — dificultando ou impedindo o escoamento da produção —, e escassez de equipamentos de armazenagem e secagem ⁽⁶⁾ de fácil acesso e a baixo custo para o pequeno e médio produtores; b) complicada legislação e burocratização do PROAGRO, que deixa o produtor dependente de interpretações, muitas vezes errôneas e contraditórias, por parte dos funcionários bancários, do desconhecimento dessa legislação por parte dos produtores, e também da cobertura de apenas os custos inerentes à produção, não considerando a remuneração do produtor; c) sistemáticos atrasos na liberação da primeira parcela do VBC, retardando conseqüentemente o plantio daqueles produtores que dependem, ainda que parcialmente, de crédito, deslocando assim a colheita para os períodos de muita chuva (safra das águas) ou de intensa estiagem (safra das secas) nos anos de condições climáticas normais; e d) falta de disponibilidade de sementes de variedades mais produtivas e resistentes, constituindo-se num dos principais fatores de elevação do custo de produção e de prejuízos dos agricultores. Nesse sentido, cabe lembrar o prejuízo adicional que tiveram os agricultores nas últimas duas safras, quando foram estimulados pelo Banco do Brasil e pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, a usarem a nova variedade "Carioca 80", lançada como mais produtiva, mas que parece ter se revelado muito vulnerável à mancha angular e de menor aceitação pelo consumidor, obrigando os produtores a venderem o produto a preços até 30% inferiores aos das variedades tradicionais.

5 - SUGESTÕES DE MEDIDAS DE APOIO À CULTURA DE FEIJÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

A situação em que se encontra hoje a cultura de feijão no Estado de São Paulo e os problemas que atravessou no ano agrícola 1982/83 colocam em pauta a necessidade de uma série de medidas de caráter federal e, mesmo, estadual, a fim de minimizar futuros prejuízos para os produtores e evitar novo retrocesso da cultura, não somente neste Estado mas também a nível nacional, como vinha ocorrendo na década de 70. Algumas sugestões de medidas de curto prazo são:

⁽⁶⁾ A Delegacia Agrícola de Itararé conta com apenas 22 máquinas secadoras, a maior parte de particularidades, e apenas 8 pertencentes à CEAGESP no Município de Itapeva. As particulares cobravam dos agricultores de 5% a 10% do valor da saca de feijão pela secagem do produto, no ano agrícola 1982/83.

a) fixação de preços mínimos efetivamente remuneradores para o próximo ano agrícola (1983/84), uma vez que a garantia de preços passa a ser fundamental neste momento de encarecimento acentuado do crédito, com a retirada dos subsídios aos juros (vide sugestão do IEA — quadro 5);

b) agilização no processo de liberação das parcelas do VBC a fim de não prejudicar o cronograma de atividades do agricultor, deixando de ser um fator a mais de risco para a cultura;

c) desburocratização, simplificação e maior divulgação da legislação do PROAGRO, a fim de facilitar a aplicação desse programa por parte dos agentes financeiros e o acesso dos produtores. Sugere-se, também, a permanência dos critérios ora em vigor, ou seja, cobertura de 100% do VBC e adicional mínimo de 1% a fim de estimular os produtores dessa cultura de grande importância social, além de estudos buscando ampliar essa modalidade de seguro no sentido de cobrir também a parte referente à remuneração do produtor, e/ou também atuação mais efetiva da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COSESP) nesse sentido; e

d) investimentos na recuperação e melhoria das estradas vicinais, a fim de garantir o escoamento da safra, mesmo em condições adversas de clima, prioritariamente na DIRA de Sorocaba.

Sugestões de medidas de médio e longo prazo:

a) criação de uma infra-estrutura de apoio à atividade na fase de colheita e comercialização — diretamente pelo setor público e através das Cooperativas de Produtores, via financiamento — com a instalação de armazéns e de máquinas secadoras distribuídas pelos diversos municípios produtores, visando principalmente os pequenos e médios produtores. Para os produtores maiores poderia ser incentivada e financiada a instalação, a nível de fazenda, de secadoras de tecnologia simples;

b) implantação de um programa, firme e permanente, de pesquisa agrícola, visando principalmente a melhoria das variedades existentes e a criação de novas, tendo em vista as diferentes regiões passíveis de produção. A questão da pesquisa tem sido um dos pontos mais críticos, quando se pensa nos problemas que afetam esta atividade econômica. Os estudos disponíveis (7, 8) mostram que o feijão, tanto entre os produtos agrícolas como um todo como entre os principais produtos de alimentação, tem estado sempre em posição secundária em termos dos recursos destinados à pesquisa; e

c) seria desejável a criação, por parte do Governo Estadual, de um programa permanente de compras e formação de estoques do produto, a fim de suprir a lacuna deixada pela CFP que, após ser transformada em Companhia, tenderá, como parece já vir ocorrendo, a atuar muito mais como empresa comercial tradicional, do que em função apenas do interesse social como acontecia antes. O Governo Estadual complementaria, assim, a atuação do Governo Federal no abastecimento do mercado, como também teria volume suficiente desse produto, a baixo custo, para suprir seus programas de suplementação alimentar das secretarias da área social (Saúde, Educação, Promoção Social, entre outras).

(7) Evenson, R.E. Observations on Brazilian agricultural research and productivity. *Revista de Economia Rural*, v.20, n.3, jul./set. 1979.

(8) Silva, Gabriel L.S.P.; Fonseca, Maria Aparecida S.; Martin, Nelson B. *Pesquisa e produção agrícola no Brasil*. São Paulo, Secretaria da Agricultura, IEA, 1979. 78p. (Relatório de Pesquisa, 17/79).

excesso de chuvas na época de colheita. Segundo dados do IEA, a quebra de produção foi superior a 40% em ambas as safras e a qualidade de grande parte do produto remanescente ficou comprometida pela umidade excessiva do grão (acima dos 15% recomendados pelos padrões técnicos) e por doenças (mancha angular, antracnose, ferrugem), responsáveis por prejuízos adicionais.

Além dos problemas inerentes a acidentes climáticos, os produtores têm enfrentado uma série de outras dificuldades, ligadas a: a) deficiente infra-estrutura física existente, constituição de estradas rurais precárias — dificultando ou impedindo o escoamento da produção —, e escassez de equipamentos de armazenagem e secagem ⁽⁶⁾ de fácil acesso e a baixo custo para o pequeno e médio produtores; b) complicada legislação e burocratização do PROAGRO, que deixa o produtor dependente de interpretações, muitas vezes errôneas e contraditórias, por parte dos funcionários bancários, do desconhecimento dessa legislação por parte dos produtores, e também da cobertura de apenas os custos inerentes à produção, não considerando a remuneração do produtor; c) sistemáticos atrasos na liberação da primeira parcela do VBC, retardando conseqüentemente o plantio daqueles produtores que dependem, ainda que parcialmente, de crédito, deslocando assim a colheita para os períodos de muita chuva (safra das águas) ou de intensa estiagem (safra das secas) nos anos de condições climáticas normais; e d) falta de disponibilidade de sementes de variedades mais produtivas e resistentes, constituindo-se num dos principais fatores de elevação do custo de produção e de prejuízos dos agricultores. Nesse sentido, cabe lembrar o prejuízo adicional que tiveram os agricultores nas últimas duas safras, quando foram estimulados pelo Banco do Brasil e pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, a usarem a nova variedade "Carioca 80", lançada como mais produtiva, mas que parece ter se revelado muito vulnerável à mancha angular e de menor aceitação pelo consumidor, obrigando os produtores a venderem o produto a preços até 30% inferiores aos das variedades tradicionais.

5 - SUGESTÕES DE MEDIDAS DE APOIO À CULTURA DE FEIJÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

A situação em que se encontra hoje a cultura de feijão no Estado de São Paulo e os problemas que atravessou no ano agrícola 1982/83 colocam em pauta a necessidade de uma série de medidas de caráter federal e, mesmo, estadual, a fim de minimizar futuros prejuízos para os produtores e evitar novo retrocesso da cultura, não somente neste Estado mas também a nível nacional, como vinha ocorrendo na década de 70. Algumas sugestões de medidas de curto prazo são:

⁽⁶⁾ A Delegacia Agrícola de Itararé conta com apenas 22 máquinas secadoras, a maior parte de particularidades, e apenas 8 pertencentes à CEAGESP no Município de Itapeva. As particulares cobravam dos agricultores de 5% a 10% do valor da saca de feijão pela secagem do produto, no ano agrícola 1982/83.

a) fixação de preços mínimos efetivamente remuneradores para o próximo ano agrícola (1983/84), uma vez que a garantia de preços passa a ser fundamental neste momento de encarecimento acentuado do crédito, com a retirada dos subsídios aos juros (vide sugestão do IEA – quadro 5);

b) agilização no processo de liberação das parcelas do VBC a fim de não prejudicar o cronograma de atividades do agricultor, deixando de ser um fator a mais de risco para a cultura;

c) desburocratização, simplificação e maior divulgação da legislação do PROAGRO, a fim de facilitar a aplicação desse programa por parte dos agentes financeiros e o acesso dos produtores. Sugere-se, também, a permanência dos critérios ora em vigor, ou seja, cobertura de 100% do VBC e adicional mínimo de 1% a fim de estimular os produtores dessa cultura de grande importância social, além de estudos buscando ampliar essa modalidade de seguro no sentido de cobrir também a parte referente à remuneração do produtor, e/ou também atuação mais efetiva da Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COSESP) nesse sentido; e

d) investimentos na recuperação e melhoria das estradas vicinais, a fim de garantir o escoamento da safra, mesmo em condições adversas de clima, prioritariamente na DIRA de Sorocaba.

Sugestões de medidas de médio e longo prazo:

a) criação de uma infra-estrutura de apoio à atividade na fase de colheita e comercialização – diretamente pelo setor público e através das Cooperativas de Produtores, via financiamento – com a instalação de armazéns e de máquinas secadoras distribuídas pelos diversos municípios produtores, visando principalmente os pequenos e médios produtores. Para os produtores maiores poderia ser incentivada e financiada a instalação, a nível de fazenda, de secadoras de tecnologia simples;

b) implantação de um programa, firme e permanente, de pesquisa agrícola, visando principalmente a melhoria das variedades existentes e a criação de novas, tendo em vista as diferentes regiões passíveis de produção. A questão da pesquisa tem sido um dos pontos mais críticos, quando se pensa nos problemas que afetam esta atividade econômica. Os estudos disponíveis (7, 8) mostram que o feijão, tanto entre os produtos agrícolas como um todo como entre os principais produtos de alimentação, tem estado sempre em posição secundária em termos dos recursos destinados à pesquisa; e

c) seria desejável a criação, por parte do Governo Estadual, de um programa permanente de compras e formação de estoques do produto, a fim de suprir a lacuna deixada pela CFP que, após ser transformada em Companhia, tenderá, como parece já vir ocorrendo, a atuar muito mais como empresa comercial tradicional, do que em função apenas do interesse social como acontecia antes. O Governo Estadual complementar, assim, a atuação do Governo Federal no abastecimento do mercado, como também teria volume suficiente desse produto, a baixo custo, para suprir seus programas de suplementação alimentar das secretarias da área social (Saúde, Educação, Promoção Social, entre outras).

(7) Evenson, R.E. Observations on Brazilian agricultural research and productivity. *Revista de Economia Rural*, v.20, n.3, jul./set. 1979.

(8) Silva, Gabriel L.S.P.; Fonseca, Maria Aparecida S.; Martin, Nelson B. *Pesquisa e produção agrícola no Brasil*. São Paulo, Secretaria da Agricultura, IEA, 1979. 78p. (Relatório de Pesquisa, 17/79).